

Influentes líderes do PMDB disseram ontem não acreditar na decretação de uma moratória unilateral da dívida externa. Já os líderes do PFL e do PDS condenaram tal medida. Segundo um dos líderes do PMDB, o governo está tentando negociar a dívida externa, principalmente a redução do pagamento dos juros e serviços, atualmente de US\$ 12 bilhões por ano. O ideal para garantir o desenvolvimento seria de US\$ 3 e 4 bilhões, no máximo, disse um deles.

Alguma forma de moratória está entre as medidas esboçadas pelo governo no bojo de um pacote interno e externo

Para o deputado Delfim Neto (PDS-

destinado a promover um processo de desintoxicação da economia, tão logo termine o realinhamento de preços.

Segundo o líder da maioria na Câmara, deputado Carlos Sant'Ana, o Brasil já adotou a moratória, em atitude, no momento em que deixou de cumprir seus compromissos com o pagamento da dívida. Contudo, não antecipou qualquer decisão do governo. Embora o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, tenha dito que "por enquanto não se fala em redução das remessas", seus assessores disseram que essa é uma questão definida.

Para o deputado Delfim Neto (PDS-

SP), "a moratória é uma irresponsabilidade" e seu "efeito pirotécnico logo passará e depois dele virá a dura realidade de uma implacável recessão".

O senador Mário Covas (PMDB-SP) não acredita na declaração de moratória da dívida externa nem na ida do Brasil ao FMI. "Só soube pelos jornais que haveria a possibilidade de o governo procurar o FMI. Nos 15 dias que estive em Brasília — e conversou com muita gente — não ouvi ninguém falar no FMI", observou.

Os líderes do PFL, José Lourenço, e do PDS, Amaral Neto, discordaram da

decretação da moratória unilateral da dívida externa.

"Quem diz isto não é porta-voz dos ministros da área econômica nem do presidente da República. Moratória, com oito bilhões de dólares em reservas, já seria difícil. Imaginem com o que temos, que nem sabemos quanto é", afirmou o líder do PFL.

Para Amaral Neto, "a facilidade com que se fala em moratória é surpreendente. Ninguém sabe, porém, a reação dos credores. Não é fácil suspender todo o comércio internacional. Aliás, ninguém sabe qual a quantidade de reservas de que dispomos.

A desintoxicação da economia alcançaria, entre outros, os seguintes pontos: 1) negociação de uma trégua com empresários e trabalhadores, por um período de 90 a 120 dias; 2) revisão da meta de crescimento econômico para de 2 a 3%; 3) controle administrativo mais rigoroso das importações; 4) manutenção de uma política cambial realista para sustentar a competitividade das exportações; 5) mais flexibilidade nas relações com o Fundo Monetário Internacional sem submeter-se ao monitoramento clássico; 6) o indexador da inflação voltará a ser calculado pela Fundação Getúlio Vargas e não mais pelo IBGE; 7) reestruturação do sistema de controle de preços das entidades envolvidas; 8) recriação do Conselho Nacional de Exportação (Conex); 9) reestruturação do programa de saneamento financeiro dos bancos estaduais; 10) redução de todos os subsídios implícitos; 11) criação de mecanismos de sustentação do nível de investimentos tanto nacionais como estrangeiros; 12) descongelamento das OTN e o reequilíbrio e reajuste dos aluguéis a partir de 1º de março respeitado o níveis de vigência do contrato; e 13) retorno da indústria e construção civil à economia de mercado, através de alterações da lei do lucratividade.